

Acabar com a violência política contra as mulheres

Lamentamos que, apesar dos esforços do governo venezuelano para criar espaços de diálogo e construção coletiva de um país soberano e em paz, o qual almejamos a maioria das e dos venezuelanos, o fascismo escolheu a via da desestabilização e da violência.

Assim como nas outras trinta eleições anteriores, a oposição se recusa a reconhecer a vitória do povo revolucionário, assim como a legitimidade das instituições eleitorais, o marco legislativo vigente e os mecanismos para dirimir as inconformidades com os resultados. De novo, convocam a intervenção estrangeira e a fomentam com alianças com interesses corporativos internacionais, como com o magnata Elon Musk, de X (antigo Twitter).

Desta vez, deram mais um passo a frente e pagaram grupos para atacar e gerar o caos em zonas populares, especialmente nas tradicionalmente chavistas, buscando colocar a ideia de que o governo venezuelano não tem um povo que sustente sua revolução. Assim, pretende criar danos não apenas materiais, mas também simbólicos e na subjetividade do povo.

Como militantes da Marcha Mundial das Mulheres, refletimos muito sobre como as guerras beneficiam poderes transnacionais e afetam as mulheres de forma diferenciada. Como venezuelanas, há rastros em nosso corpo-alma-mente do que tem significado resistir à guerra econômica, ao bloqueio e às sanções. É profundamente doloroso denunciar novamente a violência política enfrentada por nossas companheiras, especialmente em zonas populares. Duas militantes populares foram retiradas de suas casas e assassinadas em vias públicas, e muitas estão sendo assediadas nas redes sociais, marcadas e tendo seus dados pessoais difundidos.

Ressaltamos que os chamados "comanditos", pagos pela extrema direita venezuelana, tiveram como atividade principal a perseguição e assédio de mulheres líderes comunitárias, buscando amedrontar a base e as e os líderes comunitários que mantêm os programas sociais que garantem a alimentação, serviços e políticas públicas destinadas a mitigar os efeitos das sanções no bem estar do povo.

Sabemos que a violência política contra as mulheres não visa apenas silenciar uma liderança individual, mas busca, acima de tudo, amedrontar todo o coletivo de mulheres.

Defendemos o direito político à manifestação, mas ressaltamos que esse direito não justifica o assédio a mulheres com ideias diferentes em suas casas, nem a destruição de propriedades públicas, ataques a hospitais ou qualquer dano a bens públicos, pessoais ou comunitários. Além disso, não legitima o assédio, o incitamento ao ódio ou ao racismo. Esses atos, longe de serem manifestações políticas válidas, são crimes.

Destacamos que muitas pessoas jovens envolvidas nos eventos violentos da última semana foram incitadas e manipuladas pelas redes sociais, assim como foram pagas diretamente. Agiram sem considerar muito as consequências de seus atos. Hoje, nos solidarizamos com as famílias, mulheres e comunidades que, a partir de agora, terão que enfrentar as consequências dessas ações irrefletidas.

Na Venezuela, muito se avançou em relação ao que a feminista Argelia Laya chamou de “a maior alienação da mulher”. Nossas comunidades lutam diariamente contra a visão apolítica que por anos se impôs às mulheres. As venezuelanas avançam na constituição de um sujeito político consciente de suas opressões e do seu poder e papel na transformação dessas realidades. A extrema direita e o imperialismo veem esses avanços como uma ameaça, e por isso fazem das mulheres e suas organizações alvos de violência.

Nesse contexto, pedimos justiça para as vítimas do fascismo, que voltou a mostrar seus dentes. Exigimos especial diligência na apuração das responsabilidades, agilidade nos processos de justiça e penalidades aos crimes cometidos.

Continuamos debatendo e criando espaços para reconstruir o tecido social que tem sido rasgado há tempos por meio das redes sociais e das mídias de comunicação hegemônicas, que se dizem imparciais e objetivas, mas que claramente contribuem para a violência e o ódio entre venezuelanas e venezuelanos.